

## O LIVRO DE TOMBO DE SÃO BENTO

Para os que estudam a história, alguma coisa de realmente valioso nos deixaram as comemorações dos tricentenários das batalhas dos Guararapes. Não houvesse sido a iniciativa do abade de São Bento, de Olinda, oferecendo ao Instituto Arqueológico para publicação, uma cópia do *Livro do Tombo do Mosteiro*, nada de perdurável teria ficado dessas comemorações. E ainda, graças a esse oferecimento, retoma a *Revista do Instituto Arqueológico* a função há tanto tempo perdida: de recolher nas suas páginas o que há de melhor em fontes para a história do Estado.

A documentação agora publicada, que se estende por mais de 600 páginas da Revista, compreende títulos de sesmarias, escrituras de compras e doações, autos de posse, verbas de testamentos e papéis vários, em especial dos séculos XVI, XVII e XVIII. Documentação esta de que é infelizmente escassa a história de Pernambuco. Enquanto o passado histórico-social do Estado de São Paulo pôde ser examinado e conhecido em detalhes através de suas sesmarias, dos testamentos e inventários dos bens dos seus habitantes - e recorde-se aqui o livro magnífico de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, baseado neste material - em Pernambuco essa documentação não existe, ou, pelo menos, como creio mais certo, não tem sido localizada e muito menos utilizada. Tenho notícia apenas de um artigo de Alfredo de Carvalho sobre um testamento do século XVIII. Que essa documentação existe ou existiu, não se pode pôr em dúvida à vista das informações que sobre papéis do século XVI e dos primeiros 30 anos do século XVII, nos dá Pereira da Costa em diversos trabalhos seus e, em particular, na série sobre locotenentes dos donatários da Capitania pernambucana.

O *Livro do Tombo* que agora se publica, pela riqueza do seu documentário é uma das mais importantes contribuições para o conhecimento da história do Estado, que se põe à disposição dos estudiosos nestes últimos anos. Alguns dos documentos mais importantes do ponto de vista histórico e histórico-social agora revelados, serão o tema deste artigo. De início observa-se que a *Crônica do Mosteiro de São Bento*, de Olinda, de frei Miguel Arcanjo da Anunciação, publicada em 1940, fica com alguns arranhões, agora que se divulga o *Livro do Tombo*, que foi a sua fonte principal, mas a que não foi fiel em mais de um ponto.

No primeiro documento do Tombo, Jorge de Albuquerque chama a seu pai Duarte Coelho Pereira. Recorde-se que o neto Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), também o nomeia assim, embora o primeiro donatário assinasse sempre Duarte Coelho. Ainda com relação a nomes, o do segundo donatário Duarte Coelho de Albuquerque, tem sido continuamente estropiado. Frei Vicente do Salvador chama-o Duarte de Albuquerque Coelho (que é o nome do IV donatário); Fernandes Gama ora escreve Duarte Coelho de Albuquerque ora Duarte de Albuquerque Coelho; Oliveira Lima, Capistrano de Abreu e Almeida Prado grafaram Duarte de Albuquerque Coelho. O *Tombo* transcreve inúmeros documentos firmados pelo segundo donatário e neles está, uniformemente, Duarte Coelho de Albuquerque. E ainda: em todos os documentos firmados pela “capitã” esposa de Duarte Coelho, está o nome Beatriz – e não Brites – de Albuquerque. Com relação ao terceiro donatário, Jorge de Albuquerque Coelho, vê-se de certo documento por ele assinado, p.493, que estava vivo em 1600, ponto de interesse para estudos relacionados com a publicação em 1601, da *Prosopopéia* e da *Relação do Naufrágio*. Confirma-se a indicação de Capistrano (nota de Varnhagen, *História Geral I*, p. 499) de que morreu depois de 1600, parece que em 1602, pelo que se depreende de nossas informações, e infirma-se a afirmativa de frei Miguel Arcanjo na *Crônica do Mosteiro*, p. 31.

No que diz respeito aos primeiros anos de Olinda, durante a administração do donatário fundador encontra-se menção no *Tombo* da fortaleza do alto da Sé, isto é, “a torre de pedra e cal”

levantada por Duarte Coelho; localizava-se ela na “rua Nova”, do mesmo lado em que se situa a Sé e nas suas proximidades estava a ferraria e o terreno que, em 1542, se reservava para nele se construir a cadeia. “Ficava tudo na praça” da vila. Parece que era mesmo na “Fortaleza”, como é mencionada a torre, nesses documentos que residia o donatário e sua família. Pelo menos em 1577 foi lá que certo escrivão encontrou d. Beatriz já viúva: “na fortaleza deste vila, onde estava a sra. D. Beatriz de Albuquerque” (p. 481). E é possível que a “pousada” de Duarte Coelho de Albuquerque, na rua Nova, em 1572, fosse na própria Fortaleza: p. 482.

Pedreiras donde tirar o material para a construção da torre, não ficavam longe da “praça”: situavam-se ao pé do outeiro em cujo alto se levantou depois o Colégio de Nossa Senhora da Graça, dos padres Jesuítas. E tanta pedra se retirou dali que, mais tarde o dormitório do Colégio ao lado de leste ameaçou ruir, pp. 68/70. As referências a obras de “pedra e cal” a “pedra lavrada” e a “portais de pedra lavrada” surgem com freqüência, confirmando a descrição que das casas olindenses nos deixou o capelão holandês João Baers. O tijolo não era desprezado, embora as indicações mostrem que se dava preferência à pedra, nas construções. O local em que se levanta hoje o Mosteiro de São Bento era o em que se situava, em 1597, “a olaria, forno e mais casas e aposentos” que Gaspar Figueira e Maria Pinta venderam aos padres Bentos. A maior parte das casas de Olinda, parece que era, porém, de taipa; só os portais e arcos e vergas de portas e janelas de pedra, o mais de taipa.

A vida em terra que se ia conquistando em luta com os indígenas, não foi fácil nos primeiros anos. O luxo que depois arregalaria os olhos de Fernão Cardim e de Frei Manuel do Salvador, chegou com o produto das safras dos primeiros engenhos. Daí aparecerem nos primeiros anos da colonização objetos como uma colher de prata empenhada por uma pataca (p. 94), um travesseiro deixado em testamento, um “escritório pequeno”, cadeia de ouro, corais, vestidos, camisas, meia dúzia de lençóis e outras tantas toalhas e guardanapos (pp. 99/100), cama, mesa, botijas de azeite, uma porca com 4 leitões e 2 galinhas (pp. 130/131) destinados a parentes e afilhados por disposições de última vontade.

De “escravos de Guiné”, a terra já se tinha enchido depois de 1550, e inúmeros aparecem mencionados nos testamentos. Escravos de Guiné era como se designavam no século XVI os escravos africanos e sob esta menção compreendiam-se os pretos das nações situadas entre o Senegal e o rio Orange, na África. Só mais tarde, em fins do século XVII, é que se passou a nomear com precisão as diversas “nações”. Entretanto, há exceções nos documentos do Tombo: surgem escravos mencionados como de Angola e um do Congo. Os quilombos foram os primeiros problemas surgidos com a escravidão negra. Diogo Vaz que possuía sesmaria acima de Maciape, ao longo do Capibaribe, tratou de lavar e povoar suas terras, mas de 1585 a 1587 tantos ataques sofreu “do gentio inimigo e de Angolas levantados e Pitaguaras, que lhe foi necessário despovoar”, desses ataques, o dos negros foi particularmente terrível: “os negros de Guiné que por tantas vezes o cometeram, numa noite o cercaram para o destruírem, de que ele suplicante saiu fechado e lhe levaram mais de 200\$000 de criações”, p. 338. Mas nem todos os negros eram quilombolas quase selvagens que tentaram assassinar Diogo Vaz. Pero Barroso, português solteiro, teve a sorte de encontrar uma autêntica “mãe preta” que é mencionada com carinho no seu testamento: “deixo a Mãe Anna forra, livre e isenta, por ser velha e me ter feito muito serviço, com muito cuidado de minha fazenda”, p. 420.

Ainda com relação a Olinda, o *livro do Tombo* permite identificar algumas ruas da velha cidade, que Rodolfo Garcia na introdução às *Denúncias do Santo Ofício em Pernambuco* não conseguiu fazer. De outras, não se consegue hoje conhecer a situação, talvez por se não considerar o fato de que a primitiva ponte do Varadouro estava situada, segundo Pereira da Costa, não no local em que hoje se acha, mas em frente à rua da Boa Hora. Em um dos documentos mais antigos transcrito no Tombo, de 1542, citam-se as seguintes ruas: rua que vai para a Fontainha, rua do Varadouro, rua das Feitorias, rua Nova, rua de Val de

Fontes, etc. As primeiras entradas que se abriram a partir de Olinda e as várias das quais já faz referências o Foral de 1537, surgem também mencionadas em diversos documentos agora publicados, inclusive a “estrada do pau-brasil”.

Ao engenho Nossa Senhora da Ajuda ou Engenho Velho, referem-se vários dos papéis do Tombo. Comprova o engano de Pereira da Costa ao identificar o Engenho Velho como o Engenho do Salvador, ambos levantados na ribeira do Beberibe, sendo que este último parece-me, que pelo próprio Duarte Coelho, como já sugeri em estudo anterior. Sobre engenhos, aliás, a documentação do Tombo é farta. Um dos aspectos mais curiosos apresentados é o da coexistência, lado a lado, nos primeiros tempos do povoamento, de engenhos e currais de gado. Sabe-se que pouco a pouco o canavial forçou o afastamento desses currais para o interior da capitania ou para certas regiões de Alagoas e do Rio Grande do Norte, o que se explica não só pelos danos causados à cultura da cana pelo gado, como também pela exclusividade reclamada pelo trabalho agrícola do canavial e pelos agricultores, levada ao extremo de se recusarem ao trabalho pastoril e ao plantio da agricultura de subsistência. As conseqüências desse exclusivismo da a dieta da população salientadas por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*.

Deste último aspecto, isto é, da monocultura da cana levada ao extremo de comprometer a própria saúde da população, contanto que o canavial não sofresse a menor restrição no seu domínio exclusivo, é prova a doação feita por Alexandre de Moura, senhor do Engenho Guararapes, ao mestre de campo general Francisco Barreto, do terreno do outeiro em que este tinha levantado a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.

Como a área doada estava encravada em terras do engenho, determinou o doador: “não se meterá nela gado algum de nenhuma qualidade e fazendo-se o contrário, logo há por revogada esta doação... e, outrossim poderá ele, dito Alexandre de Moura, e quem ao diante suceder no senhorio do seu engenho e terras, seus criados e feitores matar qualquer gado vacuum ou outro qualquer que nas ditas terras doadas ou fora delas for achado, porque com estas condições há por feita a dita doação e de outra maneira não”.

Fonte: Mello, José Antônio Gonsalves. **Diário de Pernambuco**. Recife, 10 jul., 1949.